



PROJETO BÁSICO

“PROJETO DE REFORMA DO CRAS DA VILA CORINGA, RUA H, Nº 07, VILA CORINGA, BARRA MANSA/RJ”

1 OBJETO

Contratação de Empresa para Realizar Serviço de “PROJETO DE REFORMA DO CRAS DA VILA CORINGA, RUA H, Nº 07, VILA CORINGA, BARRA MANSA/RJ”

2 OBJETIVO

A presente proposta tem por objetivo a reforma e adequação das instalações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coringa, localizado no município de Barra Mansa/RJ, visando melhorar as condições de uso, acessibilidade, conforto e segurança para usuários e servidores. As intervenções buscam modernizar os espaços físicos, promover a manutenção das estruturas existentes e garantir a conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades socioassistenciais e o acolhimento da comunidade.

3 JUSTIFICATIVA

A reforma do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coringa, em Barra Mansa/RJ, faz-se necessária em razão do estado de desgaste das instalações físicas e da necessidade de adequação estrutural e funcional do imóvel para o pleno atendimento das demandas da comunidade.

As intervenções compreenderão reforma geral das dependências internas e externas, contemplando melhorias em pisos, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, além da execução de uma contenção na área dos fundos, visando estabilizar o terreno e prevenir riscos de erosão e infiltrações.

A presente ação justifica-se pela importância de assegurar condições adequadas de segurança, acessibilidade e conforto aos usuários e profissionais, além de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população local.

4 DEFINIÇÃO DO OBJETO

“PROJETO DE REFORMA DO CRAS DA VILA CORINGA, RUA H, Nº 07, VILA CORINGA, BARRA MANSA/RJ”

a) SERVIÇOS PRELIMINARES:

- Placa de identificação;
- Tapume;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- Barracão de obra;
- Apicoamento;
- Demolições;
- Arrancamentos;
- Remoções

b)ALVENARIA E REVESTIMENTOS:

- Alvenaria de tijolos;
- Forro em PVC;
- Contrapiso;
- Emboço;
- Revestimento cerâmico para piso;
- Revestimento cerâmico com pastilha 10x10cm;
- Revestimento para parede;
- Revestimento piso tatil alerta e direcional de concreto e de borracha;
- Andaime;
- Soleira;
- Peitoril;
- Chapim;

c)PINTURA:

- Pintura com tinta latex;
- Selador;
- Massa acrílica;
- Pintura com tinta sobre ferro;
- Impermeabilizações;

d)ESQUADRIAS:

- Janelas de alumínio;
- Portas de madeira;
- Gradil de alumínio;

- Gradil de ferro;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- Ferragem para as portas;

e) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

- Haste de aterramento;
- Eletroduto;
- Cabo de cobre;
- Tomada elétrica;
- Interruptor;
- Disjuntor;
- Lampadas de led;
- Lampadas arandelas;
- Quadro de distribuição;
- Entrada de energia padrão LIGHT;

f) INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS:

- Escavação manual;
- Reaterro;
- Caixa de passagem;
- Bancada de granito cinza corumba;
- Cuba;
- Lavatório;
- Torneiras;
- Vasos sanitários;
- Assentos;
- Chuveiro;
- Saboneiteiras;
- Porta-toalhas;
- Ralos sanfonados;
- Tubos de PVC;
- Joelhos;
- TE;

- Bucha de redução;
- Luva com bucha;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- Adaptadores;
- Registros;
- Curvas;
- Aneis de vedação;
- Caixa sifonada;
- Grelha de aço;
- Caixa de gordura;
- Tampão completo de ferro fundido;
- Caixa d'água;
- Espelho;

g)BIODIGESTOR:

- Forma;
- Concretagem;
- Estaca;
- Execução de passeio/calçada;
- Escavação mecânica;
- Reaterro;
- Perfuração manual a trado;
- Armação de bloco;
- Brita;
- Tampão de ferro;
- Biodigestor 1500L;
- Caixa de secagem;
- Tampa para caixa coletora;

h)CALÇADA EXTERNA:

- Execução de passeio/calçada;
- Radier;
- Tela;
- Brita;

- Meio-fio;
- Sargeta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

i) COBERTURA:

- Telha metálica termoacústica;
- Tesouras em aço;
- Calha em chapa de aço;
- Rufo de galvalume;
- Pintura das estruturas;

j) FUNDAÇÃO E ESTRUTURA (MURO):

- Escavação manual;
- Reaterro;
- Preparo manual do terreno;
- Demolição;
- Concreto;
- Formas;
- Barras de aço CA-50;
- Corte e dobra CA-50;
- Estaca broca de concreto;
- Perfuração manual;
- Drenos ou barbacãs;
- Armação e tela;

k) ALVENARIA:

- Alvenaria de bloco;

l) IMPERMEABILIZAÇÃO:

- Impermeabilização a base de poliuretano;

m) GRADIL ELETROFUNDIDO:

- Gradil eletrofundido;
- Portão de correr;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

n)TRANSPORTE E BOTA FORA:

- Caçamba;

5 DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO

Trata-se de uma reforma para realização de serviço de engenharia com escopo definido em projeto, memoriais e planilhas.

6 DEFINIÇÃO DA MODALIDADE E TIPO DA LICITAÇÃO

A licitação será realizada por concorrência e pelo regime de execução empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7 PRAZO

O prazo será de 10 (dez) meses

8 ESTIMATIVA DE PREÇO

O valor da contratação segue conforme planilha orçamentária.

9 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, e caberá a Fiscalização do Contrato fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços e fornecimento dos materiais, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos e com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. e demais normas pertinentes conforme listadas abaixo:

NBR 16636-2 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

As avaliações têm por meio das NBRs pretendem:

- Implementar, manter e aprimorar a gestão das suas operações;
- Assegurar-se de sua conformidade com seus procedimentos definidos;
- Demonstrar esta conformidade a terceiros; ou
- Realizar autoavaliação da conformidade com a Norma.

10 ACEITE DO OBJETO EXECUTADO

Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA comunicar, por escrito e mediante protocolo.

O Recebimento provisório da conclusão ficará a cargo da Gestão e fiscalização do contrato, assim como por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Caso o Aceite Provisório não seja assinado pelas partes, dentro do período de 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, deverá ser nomeada uma comissão de aceitação provisória pela autoridade competente.

O Recebimento Definitivo ficará a cargo de comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

Na hipótese de recusa da aceitação, por não atendimento às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a CONTRATADA deverá tomar as seguintes providências:

- a. Corrigir os defeitos ou imperfeições apontadas ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços executados;
- b. Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- c. Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo aos serviços;
- d. Matrícula de Obra no CEI e a respectiva CND, relativa à regularidade das contribuições previdenciárias da obra concluída.

11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Relativamente à qualificação técnica, sem prejuízo das demais regras previstas no art. 67 da Lei n.º 14.133/21, A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.



O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

12 GARANTIA

A Administração exigirá garantias na presente contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

12.1 GARANTIA DA PROPOSTA

Será exigida garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, a ser apresentada pelos licitantes no momento da apresentação da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, nas modalidades previstas no art. 96, §1º, da referida Lei.

A garantia da proposta deverá ter validade mínima correspondente ao prazo de validade da proposta, devendo ser mantida até a assinatura do contrato pelo licitante vencedor. A garantia será devolvida após a assinatura do contrato pelo licitante vencedor ou após a revogação ou anulação do certame, podendo ser executada quando o licitante não mantiver sua proposta, recusar-se a assinar o contrato ou deixar de apresentar a garantia de execução contratual, quando exigida.

12.2 GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Será exigida da contratada a prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, como condição para assinatura, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em qualquer das modalidades previstas em lei.

A garantia deverá assegurar cobertura para prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, multas aplicadas pela Administração, danos diretos causados à Administração por dolo ou culpa da contratada, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas, sendo liberada na forma do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.



13 VISITA TÉCNICA

A CONTRATADA deverá considerar que a visita técnica ao local se apresenta como um instrumento importante para verificação das condições iniciais, entretanto não se faz obrigatória e podem ou não estar previstas para execução do objeto.

É relevante trata a visita técnica como uma garantia de que a empresa tem os conhecimentos da área da obra, dificuldades locais e disponibilidades para cumprir com todas as obrigações previstas no contrato com a administração pública, mesmo sendo esta visita considerada facultativa. A visita técnica deverá ser realizada preferencialmente por profissional técnico (Engenheiro ou Arquiteto).

Os interessados deverão entrar em contato com o representante da PMBM pelo e-mail edital@barramansa.rj.gov.br agendar a Visita Técnica ao local, que o acompanhará e entregará o “Atestado de Visita Técnica”. Este agendamento deverá ser feito, para um único dia de visita, pelo telefone a ser disponibilizado em edital.

No caso da hipótese de a visita técnica não ser realizada, as Empresas que assim o fizerem, será considerada de responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra, bem como das condições iniciais, devendo a contratada apresentar uma “Declaração de Conhecimento do Local da Obra”, assumindo tal responsabilidade, em substituição ao “Atestado de Visita Técnica”.

14 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A responsabilidade da fiscalização será da SMPU. Sendo que a execução do contrato será acompanhada por Gestor a ser designado, pelo titular da Pasta.

Deverão os fiscais do contrato, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, anotando em registros próprios todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas e defeitos observados.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos art. 117 da Lei nº 14133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



Na hipótese da contratação de terceiro previsto no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras: a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

15 MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO A SEREM ESTABELECIDOS

A comunicação entre as partes será realizada por meio escrito com assinatura dos responsáveis e datado, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada à execução do contrato. Podendo ser realizada conforme as opções abaixo:

- a. Rua Luiz Ponce nº 263 – Centro – Barra Mansa/RJ.
- b. Pelo telefone, através do número: (24)2106-3417
- c. Por e-mail, através do endereço eletrônico: edital@barramansa.rj.gov.br

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- Exigir da Contratada que providencie a reparação de eventuais vícios verificados no curso da vigência contratual ou dentro do prazo de garantia do serviço;
- Realizar a solicitação do serviço, especificando as quantidades e local, por e-mail ou outro meio oficial;
- Fiscalizar a qualidade e quantidade do objeto no momento da entrega e após a realização do serviço, sempre documentando e se possível com de acordo da contratada;
- Vetar o emprego de qualquer equipamento e/ou serviços que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou prejudicial à saúde dos empregados;



**16.1 NÃO PRATICAR ATOS DE INGERÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO DA CONTRATADA,
TAIS COMO:**

- a. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
- b. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- c. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) As medições dos serviços serão realizadas, pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.
- b) As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:
 - i. relatório escrito e fotográfico;
 - ii. cronograma refletindo o andamento da obra; e
 - iii. as medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.
- c) As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.
- d) As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela contratada, podendo ser total ou parcial, diante das averiguações constatadas “in loco” pelo fiscal/responsável técnico da SMPU.
- e) Após constatação do valor total ou parcial pelo fiscal da obra, a Contratada poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.
- f) Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos e da proposta, em especial os documentos da contratação e a legislação vigente;
- g) A jornada de trabalho a ser cumprida pelos prepostos da Contratada, obedecerá aos termos previsto pela CLT e Convenção Trabalhista do Sindicato do Município Local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

- h) Alocar profissionais adequados e capacitados com conhecimento específico para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos;
- i) Cumprir cronograma físico e as etapas de execução dos serviços, realizando com zelo e fidelidade a prática da sua boa execução, observando as formas, as medidas, os desenhos e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;
- j) A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelos encargos sociais e trabalhistas relativos aos contratos de trabalho dos empregados envolvidos na execução do contrato;
- k) Responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária e decorrentes da execução do objeto contratual;
- l) A CONTRATADA se responsabilizará pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados por/a terceiros;
- m) A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer, em qualidade e quantidades adequadas, materiais e equipamentos necessários à perfeita execução contratual, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básicos e Executivos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- n) Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou quando da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização;
- o) Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Gestão e Fiscalização do Contrato;
- p) Providenciar, junto ao CREA/RJ e/ou CAU/RJ e/ou CFT/RJ, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativa aos serviços do objeto contratual, de acordo com a legislação vigente;
- q) Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional à SMJEL;
- r) Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados (Saúde e Segurança do Trabalho), bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários (quando se aplicar), fiscalizando e exigindo que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física;
- s) Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente identificado com crachás e/ou uniformes;
- t) Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares SMJEL, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a SMJEL, cabendo a CONTRATADA todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;



- u) Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie for vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- v) Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada (s) de acordo com a gravidade da infração:

- a. Advertência;
- b. Multa administrativa;
- c. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Barra Mansa;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item anterior, também deverão ser considerados para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente.

19 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

A contratada será a responsável por fornecer e transportar qualquer material necessário para execução dos serviços, respeitando as especificações técnicas da planilha orçamentária e desse termo.

20 DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda a realidade dos fatos.

Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Gestão e fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.

A CONTRATADA responderá legal e administrativamente pela garantia, solidez, qualidade e eficiência dos serviços/obra de engenharia por ela elaborados e essa responsabilidade não



cessará com a entrega e aprovação dos serviços/ obra de engenharia, mas se estenderá até a conclusão da obra objeto dos serviços prestados.

Toda documentação técnica elaborada pela CONTRATADA relativa ao Objeto deste Projeto Básico, será de propriedade exclusiva da SMPU, que dela se utilizará conforme lhe convier.

21 ATRASOS

- No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, o Município de Barra Mansa pagará juros moratórios de 1% (um por cento) e correção monetária com base no IGP-M da FGV, ao mês.
- Caso o Município de Barra Mansa, eventualmente, antecipe o pagamento de alguma fatura, haverá desconto sobre o valor da mesma, de acordo com o mesmo critério anteriormente previsto.
- Após cada período de 12 meses, em caso de prorrogação, caberá reajuste dos preços pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como referência o mês de apresentação da proposta, ou outro índice que vier a substituí-lo, por força de determinação do governo federal.

Paula Renata Batista Morais
Gerente de Projetos
Matricula: 18.893